

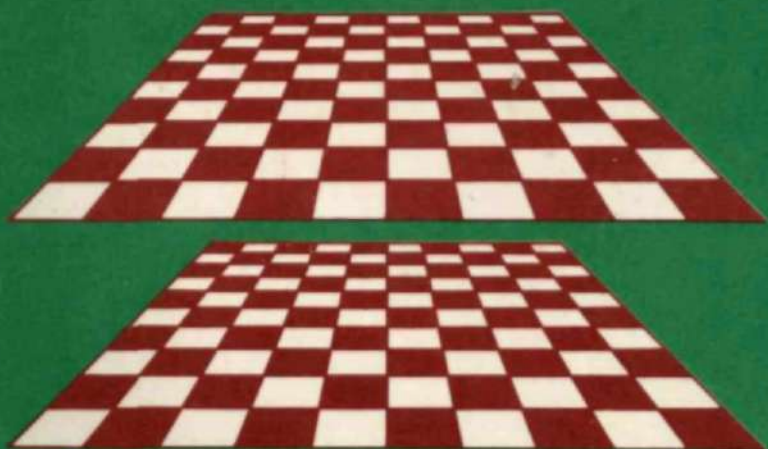
CIBEC/INEP



B0005398

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

FATORES DA MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO
BRASÍLIA - 1977

78 "1977"

S

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA e ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL:
FATORES DA MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ernesto Geisel

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Ney Aminthas de Barros Braga

SECRETÁRIO-GERAL
Euro Brandão

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO
José Torquato Caiado Jardim

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Julcelina Friaça Teixeira

ELABORAÇÃO

Dale Leo Knapp

Consultor-Projeto MEC/USAID

Naide Alves Prestes

Consultor-Projeto MEC/BID

Odette Pessoa Maciel

Assessor Superior MEC/DEM

Romeu Antunes

Assessor Superior MEC/DEM

Célia Pereira Maduro

Assessor de Área de Assuntos Pedagógicos/DEM

Dylson Ramos Bessa

Assessor da Área de Assuntos Pedagógicos/DEM

COLABORAÇÃO

Maria Helena Silva O. Carvalho

Consultora-Projeto MEC/BID

Sonia Maria Ferreira

Consultora-Projeto MEC/BID

Yara Boulos

Consultora-Projeto MEC/BID

lima Passos Alencastro Veiga

Chefe da Área de Assuntos Pedagógicos/DEM

Amabile Pierroti

Assessor da Área de Assuntos Pedagógicos/DEM

Ana Maria Severino Mendonça

Assessora da Área de Assuntos Pedagógicos/DEM

APRESENTAÇÃO

A Supervisão Pedagógica e a Orientação Educacional, como fatores da melhoria da qualidade do ensino, foi o tema central da IV Reunião dos Diretores das Escolas Técnicas Federais — IV REDITEC.

Em face da necessidade de ser ministrado um curso de atualização para as Equipes de Implantação do Sistema de Integração Escola-Empresa-Governo, o documento apresentado naquela oportunidade foi reformulado, chegando à forma atual, dividida em cinco partes:

I - Conceito, fases e modelo de planejamento curricular

II - Conceito, princípios, áreas de ação e funções da Supervisão Pedagógica

III — Conceito, princípios, áreas de ação e funções da Orientação Educacional

IV - Ação Integrada Supervisão Pedagógica/Orientação Educacional no processo de planejamento curricular

V — Ação dos especialistas no Sistema de Integração Escola-Empresa.

O Departamento de Ensino Médio, atendendo à recomendação ministerial de aprimoramento do ensino, buscando a sua melhoria qualitativa, lança esta publicação com o objetivo de oferecer subsídios para estudo e reflexão daqueles comprometidos com este grau de ensino.

Prof. José Torquato Caiado Jardim
Diretor-Geral do DEM

INDICE

I - CURRÍCULO

A - Conceito	13
B — Fases	14
C - Modelo	17

II - SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

A - Conceito	21
B - Princípios	22
C — Áreas de Ação	25
D — Funções	26

III - ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A - Conceito	33
B - Princípios	34
C — Áreas de Ação	37
D — Funções	39

IV - AÇÃO INTEGRADA SP/OE NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CURRICULAR.

V - AÇÃO DOS ESPECIALISTAS NO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA.

A — Indicações para a participação da Supervisão Pedagógica	57
B - Indicações para a participação da Orientação Educacional	62

I-CURRÍCULO

I-CURRÍCULO

A-CONCEITO

"um currículo é um programa educacional. Destina-se a realizar certos alvos educacionais e usa certos meios educacionais para atingir tais objetivos". (1)

Reduzida a esta simples forma, essa definição sugere que o desenvolvimento de currículo inclui duas funções principais:

- determinação de alvos — mais comumente denominados como objetivos; e
- a determinação de um programa necessário para alcançar tais objetivos.

Essas duas funções estão diretamente relacionadas às quatro fases do modelo de planejamento curricular do DEM: refletir, decidir, executar e avaliar.

A determinação de objetivos ou alvos, logicamente está incluída nas etapas iniciais do planejamento, reflexão e decisão.

As decisões do programa referem-se a planejamento, execução e avaliação do currículo e, ao mesmo tempo, se relacionam com decidir, executar e avaliar.

A definição de currículo dada reduz o desenvolvimento do currículo a duas funções básicas (consistentes com o modelo de planejamento curricular), exigindo muitas decisões importantes, necessárias para compreender cada uma dessas funções.

As mais importantes dessas decisões serão discutidas a seguir:

(1) MEC/DEM/COPED - um Modelo de Planejamento Curricular: Natureza, Pressupostos e Formas de Execução. Publicação Interna Brasília, 1976, pag. 09.

B - FASES DO PROCESSO

1. Formulação de Objetivos

Provavelmente a mais importante situação com a qual se depara aquele que deve tomar decisões é a da formulação de objetivos ou identificação de alvos de desempenho. Usando a terminologia do modelo de planejamento curricular, deve-se, inicialmente, refletir sobre as premissas básicas filosóficas e legais. Em seguida, considerar as necessidades e os valores da Sociedade, do ponto de vista econômico-social e pesquisar correntes psicopedagógicas que orientam a ação educacional. Finalmente, formular objetivos de acordo com os resultados de uma cuidadosa diagnose. Tal diagnose deve incluir:

— o estudo das características da clientela à qual vai servir, incluindo sua facilidade para assimilar o conteúdo do currículo;

— o grau que os objetivos alcançaram no presente momento e a diferença entre o que existe e o que é desejado.

Depois de um período de reflexão e diagnose, o planejador de currículo pode decidir quais os alvos de desempenho ou os objetivos que serão usados como base para todas as subseqüentes decisões relativas ao programa.

2. Desenvolvimento do Programa

uma vez que os períodos de reflexão e decisão tenham dado como resultado a identificação dos objetivos do programa, decisões, tais como as seguintes, se apresentam ao planejador de currículo:

a) como **Selecionar e Organizar Conteúdo**

Observa-se que o conteúdo curricular serve a uma dupla função: ele é tanto uma referência indispensável à formulação de objetivos, como também, uma parte dos meios ou processos, por meio dos quais os objetivos serão atingidos.

Desde que todo o conteúdo não é igualmente relevante para os objetivos, decisões devem ser tomadas em relação a quais conceitos, princípios ou generalizações são fundamentais para uma disciplina e que, conseqüentemente, deverão ser pontos centrais nas decisões sobre o desenvolvimento do programa.

Além disso, tal conteúdo deve ser organizado da maneira mais eficaz para facilitar a consecução dos objetivos do programa. Deste modo, as decisões relativas ao conteúdo devem ser consideradas como parte integral da seleção de uma metodologia, do uso de materiais e assim por diante. Assim, no modelo de planejamento curricular, todas essas considerações são incluídas como parte de uma mesma etapa do desenvolvimento do currículo: "Decidir".

b) Seleção de uma Metodologia

A seleção e implementação de uma metodologia deveria ser incluída na decisão, execução e avaliação do modelo. A maioria das decisões práticas, envolvidas no desenvolvimento do programa, deveriam ser incluídas nessa área de decisão. Devem ser discutidas, pelo planejador de currículo, indagações tais como:

- como será organizado o conteúdo do currículo?
- qual é a seqüência apropriada?
- que atividades de aprendizagem serão mais reforçadoras para a realização dos objetivos do programa?
- como serão utilizados os profissionais?
- qual será a mais eficaz e eficiente forma de usar o tempo, o espaço material, para que os objetivos do programa sejam alcançados?

c) Execução das Decisões do Programa

A execução das decisões do programa envolve a testagem dos pressupostos e a ação, a partir das decisões tomadas na etapa de "Decidir". Isto exige um sistemático envolvimento de pessoas, a tomada de decisões compartilhadas, o estabelecimento de programas de treinamento para o alcance de novas habilidades e compreensões e uma efetiva integração de esforços de todos os membros da equipe de desenvolvimento de currículo.

Desta maneira, os supervisores, orientadores educacionais, diretores de escolas e especialistas de vários tipos devem contribuir de acordo com sua formação especial e com necessidades claramente especificadas. O modelo pretende fornecer um guia e uma fonte para tal esforço coordenado, mas ele não é, e não pode ser, um substituto para a ação humana interessada e comprometida.

É na etapa de execução do modelo que idéias são testadas, rejeitadas, modificadas ou mantidas, dependendo do seu significado em termos humanos.

O conteúdo real do currículo (as pessoas) é de fato, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de mudanças.

d) Avaliação

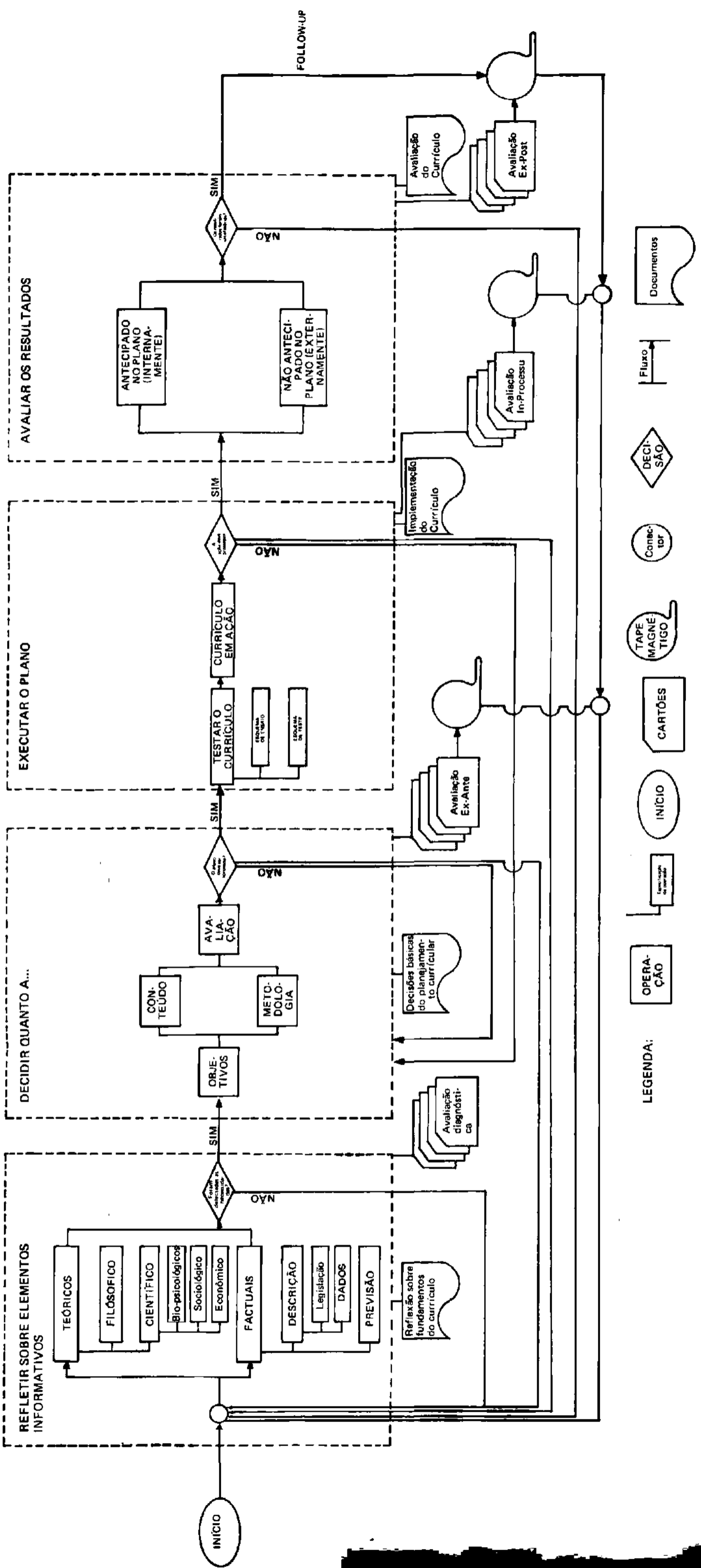
A avaliação é entendida como um processo contínuo. Assim, quanto ao modelo, inclui tanto avaliação formativa, como Somativa.

Na verdade, a mudança é a constante e o desenvolvimento do currículo deve evoluir, para se manter afinado com a realidade sempre em mutação.

Desse modo, a avaliação deve prover o tipo de "feedback" que pode ser usado para testar a validade das decisões de planejamento do currículo e uma realimentação de todas as etapas do modelo: refletir, decidir, executar e avaliar. Por essa razão, a avaliação é incluída como um processo integral em todas as partes mais importantes do modelo.

Em resumo, o DEM, no modelo de planejamento curricular, divide o desenvolvimento curricular em dois segmentos principais: o conjunto de alvos de desempenho e o desenvolvimento e implementação de um programa dirigido para assegurar que estes alvos sejam alcançados. Dentro dessas duas áreas principais estão uma quantidade de decisões de planejamento curricular. Estas decisões estão resumidas no modelo em quatro etapas principais: refletir, decidir, executar e avaliar.

MODELO DE PLANEJAMENTO CURRICULAR



II - SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

II - SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

A - CONCEITUAÇÃO

"É bastante recente a experiência brasileira de supervisão escolar, desenvolvida como atividade profissional com características próprias e desempenhada por especialistas treinados para tal.

Encontramo-nos, ainda, na fase de testes, de busca de alternativas e de pesquisa em ação.

Não obstante, como há inexistência de um consenso sobre a teoria e a prática da supervisão em nosso país, há uma tendência sempre mais acentuada no sentido de dotá-lo de características predominantemente pedagógicas. Diferencia-se, assim, por um lado, das atividades exclusivamente administrativas dos sistemas estaduais e dos estabelecimentos de ensino. Por outro lado, valorizando a atuação entre profissionais na linha de cooperação e de estímulo à criatividade, bem como de apoio a inovações pedagógicas, a supervisão vai se distanciando sempre mais da concepção estritamente fiscalizadora que marcou seu início em nosso

Outro aspecto que vale a pena ressaltar, refere-se à incorporação do espírito e da metodologia da pesquisa que vem regendo a ação supervisora. A importância da utilização e interpretação de dados estatísticos referentes à situação educacional, ou o levantamento de dados, ainda que precários, sobre os problemas enfrentados pelas escolas e sobre as necessidades de aperfeiçoamento e atualização dos profissionais envolvidos na educação, vem tendo ênfase crescente na supervisão, imprimindo um cunho mais científico à atuação do supervisor".

Baseando na experiência de algumas escolas pioneiras e nas tendências nacionais que vêm sendo consagradas entre os profissionais que atuam nesse campo, oferece-se à análise a seguinte definição para a Supervisão Pedagógica, que se realiza no âmbito das unidades escolares.

"Supervisão Pedagógica é um processo técnico-pedagógico que visa a promoção e manutenção da unidade da atuação docente com vistas à realização dos objetivos educacionais do estabelecimento de ensino, por meio de um serviço planejado que possibilite a eficiência e a eficácia da ação educativa. Sua finalidade básica é a promoção da melhoria do sistema ensino-aprendizagem".

B- PRINCÍPIOS

A ação supervisora deve ser norteada por princípios decorrentes dos valores educacionais. Na unidade escolar, o Supervisor poderá aplicar os princípios, segundo as indicações a seguir:

1. Princípio Sistêmico

A Supervisão Pedagógica é um subsistema do sistema-escola.

Para que o sistema-escola possa processar eficientemente suas entradas para transformá-las no produto desejado (ou seja, para que possa alcançar seus objetivos), a Supervisão, visando otimizar o processo ensino-aprendizagem, deve:

- identificar e analisar todos os componentes internos do sistema;
- organizá-los em subsistemas;
- estabelecer relações fundamentais com os demais subsistemas que coordenam atividades-fim. Ex: Orientação Educacional, Departamento de Ensino (Escolas Técnicas Federais), Coordenação de Projetos Agro-Pecuários (Colégios Agrícolas);
- manter interfaces com os subsistemas que coordenam atividades-meio. Ex: Administração Escolar.

Sendo a escola um sistema aberto, a Supervisão deve participar do planejamento das sistemáticas da Integração Escola-Empresa-Comunidade:

- estabelecendo critérios de seleção das influências do meio-ambiente sobre a escola;
- mantendo um intercâmbio de informações, conhecimentos tecnológicos e serviços entre a escola e a comunidade;
- introduzindo mudanças planejadas na comunidade.

2. Princípio Cooperativo

O Supervisor não deve "impor diretrizes ou fornecer ao professor um material pronto para uso, que nada exija de sua capacidade" (...) "tais casos têm como resultante uma aceitação aparente e uma aplicação mecânica e estereotipada de regras sem significado" (1)

"Para que as iniciativas individuais possam ser coordenadas em função dos objetivos educacionais, há necessidade de um trabalho cooperativo entre os professores e o supervisor". "O princípio da cooperação implica na participação dos professores em todas as fases do processo de planejamento curricular, desde a fase de reflexão sobre os fundamentos do Currículo, passando pelas de decisões e implementação até a de avaliação do Currículo". (2)

O Supervisor "poderá agir eficientemente (...) quando for isento de funções de mando e de obediência". (3)

De acordo com Rudolf Lenhard, o "Orientador Pedagógico" eficiente será um líder, por força do que sabe, do que pode, do que crê. O exercício de mando solapa a sua função, pois não se pode substituir e coordenar, ao mesmo tempo ou alternadamente, as vontades individuais. (4)

O Supervisor deve ser encarado como um especialista em educação que, pela sua formação e devido à própria natureza dos objetivos da instituição escolar, coordena e unifica a ação educacional dos profes-

(1) PRESTES, Naide A. — Supervisão Pedagógica: uma abordagem teórica-prática. Ed. Cortez & Moraes, SP. 1976.

(2) MEC/DEM/COPED - Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional: fatores de melhoria da qualidade do Ensino. IV Reunião de Diretores das Escolas Técnicas Federais - Pelotas-RS - 1976.

(3) Lenhard, Rudolf - um dilema da Administração Escolar - in Rev. Pesquisa e Planejamento nº 12 - Out. 1970 - C.R.P.E. - SP.

(4) IDEM-op.cit.

res especialistas em áreas ou disciplinas. O Supervisor deve ser, portanto, um colaborador do corpo docente e não alguém que ocupa uma posição hierárquica acima dos professores.

3. Princípio criativo-crítico

"A escola de 2º grau deve ajudar a sociedade brasileira a encontrar soluções novas e arrojadas para os problemas enfrentados por uma sociedade jovem, que deve encontrar seus próprios caminhos de desenvolvimento, pela utilização inovadora das conquistas da ciência, da tecnologia e da arte para responder aos desafios econômicos e sociais" (5)

O supervisor deve ser criativo, procurar soluções novas para os problemas educacionais, criar condições que favoreçam o emergir da criatividade dos professores e dos alunos, ser sensível às novas correntes educacionais e aberto a novas idéias e procedimentos.

Entretanto, os valores mais elevados da educação devem servir como parâmetros c
dências que deverão ser absorvidas e incorporadas ao "fazer pedagógico" e das que deverão ser rejeitadas.

4. Princípio científico

Os problemas que ocorrem nas situações de ensino e de aprendizagem devem ser solucionados com base nos princípios da pesquisa em ação. O Supervisor deve coletar dados que lhe permitam identificar as possíveis causas dos problemas. Em conjunto com os professores, deve levantar alternativas de solução, que serão vistas como hipóteses de trabalho. "Todas as hipóteses devem ser avaliadas com a equipe docente quanto à sua aplicabilidade à situação em estudo, prevendo-se tempo e recursos necessários à sua concretização. A hipótese selecionada deverá ser testada em situação real durante um tempo pré-determinado, sendo sua validade verificada por meio de registros ou observações" (e outros procedimentos) "que evidenciem, se as modificações se fazem de maneira a resolver o problema" (6). Se as evidências coletadas demonstrarem que as causas do problema não estão sendo removidas, "suspende-se o procedimento e recomeçam-se as etapas anteriores" (7).

(5) MEC/DEM/COPED - Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional - Documento citado.

(6) PRESTES, Naide A. - Supervisão Pedagógica: uma abordagem teórico-prática. Ed. Cortez & Moraes, SP. 1976.

(7) IDEM-op.cit.

A aplicação do método científico imprime grande flexibilidade ao processo de planejamento curricular transformando os objetivos educacionais em hipóteses a serem confirmadas, imprimindo aos meios pedagógicos (conteúdos, técnicas e recursos didáticos) o sentido de cursos prováveis de ação a serem revistos sempre que as evidências coletadas indicarem sua inadequação ao contexto, fazendo da avaliação em processo o mecanismo ideal para a eleição entre caminhos críticos.

C - ÁREAS DE AÇÃO

1. Coordenação do Processo de Planejamento Curricular

O processo de planejamento curricular é constituído pelo conjunto de operações necessárias à efetivação dos objetivos educacionais da escola. Estas operações são sintetizadas como se observa no Modelo de Planejamento Curricular/DEM, nas ações de: refletir, decidir, executar e avaliar.

A reflexão deve levar a:

- definição dos fundamentos filosóficos, sócio-econômicos e bio-psicológicos;
- adequação das atividades-meio e das atividades-fim da Escola aos parâmetros da legislação em vigor;
- diagnose da clientela, da escola e da comunidade;
- prognose do que a escola pretende alcançar em termos educacionais.

As decisões referem-se a:

- definição de objetivos educacionais;
- seleção de habilitações e áreas prioritárias de ação;
- indicação de critérios para seleção dos conteúdos e da metodologia;
- definição da sistemática de avaliação;
- organização de planos de ensino.

A execução refere-se às operações de:

- coordenação e acompanhamento da ação educacional;
- desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação refere-se ao processo de:

- questionamento permanente das decisões adotadas;
- acompanhamento e controle do processo educacional;
- coleta de evidências sobre a eficiência e a eficácia da ação educacional.

Nesta avaliação permanente, distinguem-se quatro modalidades: avaliação diagnóstica, avaliação do plano curricular, avaliação em processo e avaliação final.

A coordenação do processo de planejamento curricular deve ser feita pelo Supervisor Pedagógico, com a participação da equipe docente da Coordenação de Área e de Disciplinas, da Orientação Educacional, da Administração e de outros órgãos existentes na escola.

2. Coordenação do Processo Ensino-Aprendizagem

O processo ensino-aprendizagem abrange todas as operações que se realizam para concretizar as decisões do plano curricular.

Estas operações organizam-se por meio de planos de ensino, que constituem detalhamentos do plano curricular.

A coordenação do processo ensino-aprendizagem se faz por meio de conselhos pedagógicos, reuniões interdisciplinares, programas de treinamento em serviço para o pessoal docente, assistência a atividades docentes e discentes, entrevistas e outros meios que permitam ao Supervisor o acompanhamento, a avaliação e a revisão constantes do trabalho docente.

D - FUNCOES DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO

A realização da finalidade básica do Serviço de Supervisão de uma Escola de 29 Grau se dá pelo desempenho das funções de planejamento, coordenação, avaliação e assessoramento.

A partir destas funções amplas, podem ser definidas atividades específicas do supervisor bem como aquelas que são desenvolvidas em integração com outros especialistas da escola.

Estas atividades poderiam ser assim explicitadas:

1. Planejamento

- participar na elaboração do plano global da escola;
- elaborar o Plano de atividades do Setor de Supervisão (vide anexo I);
- coordenar o processo de planejamento curricular;
- adaptar as normas e diretrizes emanadas do MEC e dos órgãos competentes da Secretaria de Educação do Estado, às peculiaridades locais;
- participar da elaboração do plano de integração escola-empresa-comunidade.

2. Coordenação

- implementar e acompanhar o desenvolvimento do currículo;
- orientar a elaboração e o desenvolvimento dos planos de ensino;
- assistir atividades docentes, visando a manutenção de padrões de desempenho predefinidos e a correção de possíveis desvios;
- orientar os docentes no desenvolvimento de atividades discentes que visem possibilitar-lhes maior conhecimento da comunidade;
- coordenar programas de treinamento em serviço do pessoal docente, visando o aperfeiçoamento do sistema ensino-aprendizagem;
- manter o fluxo permanente de informações, visando realimentar a ação docente.

3. Avaliação

- acompanhar e avaliar o Currículo;
- controlar e avaliar o desempenho dos docentes;
- constatar e interpretar dados referentes à produtividade do corpo docente;
- avaliar os resultados do processo ensino-aprendizagem;
- avaliar os resultados do plano de atividades do setor;
- participar da avaliação das atividades de integração escola-empresa-comunidade;
- participar da avaliação dos demais setores técnico-pedagógicos;
- participar da avaliação da produtividade do sistema escolar, em termos quantitativos e qualitativos.

4. Assessoramento

- assessorar a administração escolar e outros órgãos responsáveis pela definição de diretrizes pedagógicas e administrativas da escola;
- colaborar com o Serviço de Orientação Educacional no desenvolvimento das atividades que visem ao aprimoramento das condições de aprendizagem dos discentes. (Exemplos: definição de critérios para a organização de classes e equipes discentes, pesquisa de causas de aproveitamento deficiente, estudo sobre encaminhamento de casos, orientação aos professores sobre estratégias de trabalho escolar com alunos-problema, orientação aos pais sobre programas de estudo para os filhos e outros aspectos correlatos);
- adaptar às condições da escola as diretrizes e normas traçadas pelos órgãos de supervisão regional, estadual e nacional;
- fornecer informações úteis ao planejamento e replanejamento dos trabalhos das Equipes de Supervisão Regional, Estadual e Nacional.

ANEXO I

PLANO DE ATIVIDADES DO SETOR DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

(Sugestão de itens para um roteiro).

- pressupostos teóricos: filosóficos, sócio-econômicos psicológicos;
- princípios de trabalho;
- diagnóstico dos diferentes setores;
- caracterização da Clientela Escolar.

- **Atividades** específicas:
 - diagnóstico do corpo docente;
 - plano de implementação, coordenação e avaliação do currículo;
 - plano de orientação, acompanhamento e avaliação de planos de ensino (que favoreçam a integração da aprendizagem com referência a objetivos, conteúdos, métodos e técnicas, recursos pedagógicos e avaliação);

- plano de assistência a atividades docentes e discentes;
- programa de treinamento em serviço do pessoal docente (com base no diagnóstico);
- plano da sistemática de recuperação de alunos: concomitante e/ou paralela;
- previsão de contatos com coordenadores de áreas e/ou disciplinas para garantir a coordenação horizontal e vertical do currículo;
- plano de integração escola-empresa-comunidade por meio de atividades curriculares, com previsão de: a) estudos do meio a serem realizados em empresas industriais, comerciais, agrícolas, instituições educacionais e sócio-culturais, órgãos responsáveis pela Administração Pública; b) participação dos alunos em atividades comunitárias e previsão de outros meios que possibilitem, não só o encaminhamento profissional do adolescente, mas também a inserção ativa, crítica e construtiva do jovem na sociedade de seu tempo;
- previsão de projetos e atividades livres que favoreçam a criatividade, o espírito científico e habilidades especiais dos jovens e que forneçam subsídios para seu encaminhamento profissional;
- projetos de estímulo e orientação de comemorações e demais festividades de caráter educativo;
- sistemática de avaliação das atividades curriculares e dos elementos envolvidos no processo educacional.

- **Atividades integradas**

- com o setor de Orientação Educacional;
- com coordenadores de áreas e/ou disciplinas;
- com outros setores técnico-pedagógicos;
- junto aos pais dos alunos e outros elementos da comunidade (plano de atuação);
- plano de orientação e encaminhamento de estágios, a ser desenvolvido em colaboração com o Setor de Orientação Educacional e com outros Departamento da Escola.

- **Atividades de Assessoramento**

- à administração da escola;
- aos órgãos superiores de supervisão.

III - ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

III - ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A - CONCEITUAÇÃO

A escola deve ser vista como o centro da educação sistemática integrada na comunidade da qual faz parte, cabendo-lhe oferecer aos alunos situação que lhes permita desenvolver potencialidades de acordo com a fase evolutiva em que se situam e com os interesses que os impelem à ação.

Nessas condições, a escola atual deve visar ao preparo de pessoas com mentalidade flexível e adaptável para enfrentar as rápidas transformações do mundo.

Diante dessa concepção, a Orientação Educacional tem papel destacado de atuação e deverá constituirse num "processo científico e contínuo, atuando junto ao educando em todos os graus e modalidades de ensino, de forma integrada com os elementos responsáveis pela sua formação, visando à atender os objetivos da educação". (1)

Deve ser exercida por elementos credenciados em condições de "oportunar aos alunos opções conscientes, baseadas no conhecimento de suas potencialidades e limitações e propiciar os recursos indispensáveis ao ajustamento pessoal e social, a vivência dos verdadeiros valores e a escolha adequada de uma profissão". (2)

(1) MEC/DEM/COPEDE - Relatório do I Círculo de Estudos de Orientação Educacional.

(2) MEC/DEM/COPEDE - Bases de Ação.

Dentro desse contexto, a Orientação Educacional deve ser parte integrante do Plano Curricular da Escola e estar presente em suas quatro etapas básicas: reflexão, decisão, execução e avaliação.

B- PRINCÍPIOS

Para o desenvolvimento do processo da Orientação Educacional, o Orientador deverá sistematizar sua ação a partir dos seguintes princípios:

1. Princípio Sistêmico:

A Orientação Educacional é um subsistema do Sistema-Escola.

Para que a Escola possa alcançar seus objetivos, a Orientação deverá estruturar-se levando em consideração necessariamente:

- a identificação dos subsistemas internos da Escola e dos seus componentes;
- o estabelecimento das suas fronteiras e de suas relações com os demais subsistemas da Escola;
- a previsão de interfaces internas no Sistema-Escola e externas no Sistema-Comunidade;
- a efetividade e eficácia do processo educativo;
- a determinação de condições para garantir a sua realimentação em termos qualitativos, quantitativos e em tempo hábil.

2. Princípio Cooperativo:

O sucesso da Orientação Educacional reside principalmente no bom grau de envolvimento, conseguido na Comunidade-Escola. A ação e liderança do Orientador Educacional só poderão ser exercidas se a sua situação na Escola se assentar no princípio da cooperação, que resultará em uma maior eficiência da ação integrada junto à Supervisão Pedagógica, a docentes, à administração escolar, a discentes e outros. Assim o Orientador deverá cooperar com:

- o Supervisor Pedagógico no planejamento curricular em todas as suas fases, com vistas a um melhor entendimento das áreas específicas de cada um, para que a execução dos seus planos de trabalho seja facilitada pela definição prévia da ação integrada;
- o professor no planejamento de seus programas de ensino, na definição de objetivos, no enriquecimento de conteúdos progra-

máticos e técnicas psicopedagógicas, de forma a atender melhor ao planejamento da Orientação Educacional, voltado para a formação integral do educando;

- o corpo administrativo, participando na elaboração do plano global da escola e na sua implementação, com vistas a prevenir à boa disciplina e o estado de sanidade física e mental dos alunos, contribuindo para que a Escola seja uma unidade educativa, isto é, atuando com os funcionários para que todos se conscientizem de que também eles participam do processo educativo;
- o aluno, por meio de uma ação que se efetiva, direta ou integralmente, revestindo-se de maior êxito quando, por iniciativa dos próprios alunos, é envolvido em atividades sócio-culturais (esporte, recreação, feiras, exposições, demonstrações, etc.). O Orientador Educacional cooperará também com o aluno, atendendo a solicitações relativas à superação de dificuldades na atividade de estudo. A cooperação do Orientador nessas circunstâncias poderá produzir resultados bem mais valiosos.

3. Princípio Criativo-Crítico:

A Orientação Educacional na escola brasileira tem tido nesse princípio a sua principal falha. A escassez de literatura, especialmente para a Orientação no ensino de 2º grau, na maioria das vezes constando de experiências importadas, vem demonstrar o grau insuficiente do senso criativo-crítico e a tendência à acomodação.

Na atual conjuntura da educação brasileira, o ensino de 2º grau está a exigir do Orientador Educacional uma nova postura e um repensar de situações; o senso criativo crítico deverá estar aguçado, para entrar em ação e responder operacionalmente, visando às soluções dos nossos problemas específicos.

Deve-se reconhecer que a Orientação Educacional não vem conseguindo se firmar no contexto da Escola de 2º grau e, se esta situação está presente, nos indica que carece de formulação, o que se fez até o momento. E da responsabilidade dos Orientadores identificar as falhas existentes e partir para a definição de um modelo de Orientação Educacional compatível com as reais necessidades da escola e do momento histórico brasileiro.

Se a estrutura administrativa do ensino tem sido um ponto de estrangulamento para a efetivação da Orientação Educacional, esse aspee-

to deve ser levado em conta para que se defina um modelo capaz de superar esse problema.

E, ao que parece, uma das alternativas mais coerentes seria a sistematização de uma ação integrada no planejamento curricular da escola, quer na sua implantação, quer na sua implementação.

Dentro do princípio criativo-crítico, compete ao Orientador Educacional favorecer a emergência das potencialidades criativo-críticas de toda a comunidade escolar, cujo centro é o aluno. Nessas condições teriam que ser revistas, inclusive, metodologias que vêm sendo adotadas, em termos globais e específicos.

4. Princípio Científico

O Orientador Educacional, em seu trabalho regular ou mesmo tendo que atuar em qualquer momento, quando necessária a sua colaboração, não pode agir improvisadamente. Urge que tenha segurança, que sua atuação seja oportuna e produza os resultados esperados. Os métodos e técnicas da Orientação Educacional devem ser aplicados criteriosamente, dentro do pressuposto de que o Orientador é um técnico, seus instrumentos são eficazes e para isso deverá pautar-se pelo princípio científico.

A Orientação Educacional deve ter em conta que a observação, a experimentação dos fatos e a utilização de métodos próprios são elementos básicos para o êxito de sua atuação, concorrendo para marcar positivamente a sua presença.

Não se pode entender o princípio científico como uma limitação do princípio criativo-crítico. Evidentemente, para se introduzir inovações e modificações na forma de atuar, é necessário que essas inovações, antes de serem validadas e generalizadas, passem pelas fases próprias do método científico que envolve a observação, experiência dos fatos e avaliação.

Esse princípio garantirá uma permanente melhoria na ação da Orientação Educacional.

C - AREA DE AÇÃO:

1. Participação no Processo de **Planejamento Curricular**

O processo de Planejamento Curricular é constituído pelo conjunto de operações necessárias à efetivação dos objetivos educacionais da escola. Estas operações sintetizam-se nas ações de: refletir, decidir, executar e avaliar.

Reflexão

A ação de refletir é exercida sobre os elementos informativos do processo decisório.

Nela a Orientação Educacional participa, levando à:

- definição dos fundamentos filosóficos, sócio-econômicos e bio psicológicos;
- diagnose da clientela escolar e da comunidade;
- adequação das atividades-meio e das atividades-fim da escola às necessidades e interesses do educando e do seu contexto social;
- prognose do que a escola pretende alcançar em termos educacionais.

Decisão

com base na operação anterior, a Orientação Educacional define sua posição e linha de ação no processo educativo e participa:

- na definição de objetivos;
- na seleção das habilitações e áreas prioritárias de ação;
- na indicação de critérios para a seleção de conteúdos, com vistas à orientação educativa;
- na definição da sistemática de avaliação;
- na organização de planos de ensino para garantir a consecução dos objetivos da Orientação Educacional.

Execução

Na execução do Planejamento Curricular, a Orientação Educacional:

- coordena e acompanha sua ação e colabora com os demais Setores da Escola com vistas às ações e decisões que, direta ou indiretamente lhe dizem respeito.

Avaliação

A Orientação Educacional participa da operação da avaliação do processo pedagógico e coordena a avaliação do processo específico de Orientação Educacional.

Na avaliação, deve-se levar em conta as suas três modalidades:

- avaliação antes do processo
- avaliação no processo
- avaliação no final do processo.

2. Coordenação do Processo de Orientação Educacional

O processo de Orientação Educacional é científico, contínuo e sistêmico. Sua função é propiciar ao educando condições de viver melhor, por meio do conhecimento de si mesmo e do meio-ambiente, o que lhe propicia opções mais acertadas e seguras. O conhecimento de si mesmo inclui a consciência de suas aspirações, potencialidades e possibilidades dentro do meio-ambiente, com o qual mantém interação.

Levando em conta as características desse processo, a Orientação Educacional deverá:

- Coordenar as atividades voltadas para a Orientação vital do educando, incluindo:
 - Orientação social
 - Orientação biopsicológica
 - Orientação escolar
 - Orientação vocacional
 - Orientação profissional
 - Orientação religiosa
 - Orientação cívica
 - Orientação familiar

D - FUNCOES DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

A Orientação Educacional na Escola é um processo educativo que se desenvolve concomitante e paralelamente ao processo ensino-aprendizagem. As atividades técnicas e psico-pedagógicas do Orientador Educacional podem ser agrupadas nas funções de: planejamento, coordenação, avaliação e assessoramento.

Nessas funções podem ser definidas as atividades específicas do Orientador Educacional, bem como aquelas que são desenvolvidas em integração com professores e outros especialistas.

As atividades podem ser assim explicitadas:

Planejamento

- participar no processo do Planejamento Curricular e na sua reatualização;
- definir e fazer pesquisa;
- participar na elaboração do plano global da escola;
- elaborar o Plano de Atividades da Orientação Educacional, levando em consideração:
 - a) a ação integrada com a Administração Escolar, Supervisão Pedagógica e demais setores da Escola;
 - b) as atividades de integração escola-comunidade;
 - c) as atividades de integração escola-empresa;
 - d) as atividades de integração escola-família.

Coordenação

- implementar e acompanhar o desenvolvimento do Currículo na parte relativa à Orientação Educacional;
- Possibilitar a elaboração e desenvolvimento dos planos de ensino, com vistas à consecução dos objetivos da Orientação Educacional;
- desenvolver atividades específicas de Orientação Educacional;
- desenvolver procedimentos que orientem a aplicação de instrumentos e processamentos de informações relativas à caracteriza-

- ção da comunidade e da clientela escolar;
- participar na implantação do sistema informacional;
- organizar arquivos de dados pessoais de alunos, necessários à Orientação Educacional;
- desenvolver atividades educativas: visitas, festas cívicas, recreativas e desportivas, programas preventivos de saúde, higiene e segurança, atividades culturais, artísticas e outras;
- promover as atividades de Integração Escola-comunidade;
- acompanhar alunos em estágio profissional;
- manter um fluxo permanente de informações, visando a realimentação do processo da Orientação Educacional.

Avaliação

- constatar as superposições e espaços em branco na execução curricular;
- caracterizar o desempenho dos docentes, na parte específica de participação no processo de Orientação Educacional;
- adequar os resultados do processo ensino-aprendizagem aos objetivos educacionais;
- identificar com os professores e com a Supervisão Pedagógica as causas determinantes do baixo rendimento escolar de alunos;
- constatar os resultados do plano de atividades da Orientação Educacional;
- interpretar para a comunidade e, em especial para pais e alunos, os programas de ensino, esclarecendo o seu alcance, destinação e significação;
- identificar atividades de Integração Escola-comunidade;
- definir critérios para adequar o estágio profissional dos alunos às possibilidades próprias e ao mercado;
- estabelecer critérios para um bom desempenho dos demais setores da escola;
- obter a produtividade da escola como um todo.

Assessoramento

- subsidiar a administração escolar com vistas à tomada de decisões que dizem respeito direta ou indiretamente à Orientação Educacional;
- colaborar com a Supervisão Pedagógica durante o planejamento a implementação e a avaliação das suas atividades, tendo em vista a ação integrada com a Orientação Educacional;

- auxiliar os professores na elaboração, execução e avaliação dos seus programas de ensino, em função da inserção de atividades específicas de Orientação Educacional nesses programas;
- fornecer informações úteis ao planejamento e replanejamento dos trabalhos das Equipes de Orientação Educacional, em nível de Unidade Escolar, Regional, Estadual e Nacional.

A Orientação Educacional atua junto ao educando por meio da:

1) "Ação Direta — que se efetiva sobretudo por meio do trabalho em grupo e objetiva fundamentalmente:

- a preparação do aluno para uma participação ativa na sociedade, refletindo e analisando padrões culturais, valores, exigências e ofertas do mercado de trabalho, desafios colocados pelo momento histórico atual;
- o conhecimento de si mesmo e do meio (das próprias potencialidades e possibilidades, levando em conta o que o meio apresenta em termos de oportunidades e fronteiras);
- o treino de capacidade de optar, evoluindo desde a escolha de companheiros de equipe, projetos, atividades, disciplinas, créditos, opção vocacional à capacidade global de se definir, se auto-determinar, escolhendo as formas próprias de se realizar no desenvolvimento de suas potencialidades e no exercício pleno da cidadania". (3)

2) Ação Integrada — em qualquer área de trabalho em que concorram várias equipes com vistas a objetivos comuns, há necessidade de integração entre as mesmas para evitar duplicidades, superposições, espaços em branco, etc. e assegurar a validade desses objetivos.

Para se garantir a consecução dos objetivos da escola, necessário se faz a integração em termos internos no sistema-escola e em termos externos, no sistema-comunidade, com vistas à sua efetividade e eficácia.

A integração do Orientador Educacional com os demais elementos componentes da escola inicia-se na sua participação no planejamento global das atividades escolares, para assegurar condições de atuação efetiva na execução desse planejamento.

(3) MEC/DEM/COPEP - Relatório do I Círculo de Estudos de Orientação Educacional.

O princípio da Ação Integrada permite a presença do Orientador Educacional em todas as fases do processo do Planejamento Curricular: reflexão, decisão, execução (implantação e/ou implementação) e avaliação.

ANEXO II

Sugestões de Atividades que deverão ser consideradas para um Plano de Orientação Educacional no Ensino de 29 Grau.

Planejamento

- participar no processo de caracterização da comunidade;
- participar no processo de caracterização das empresas;
- caracterizar a clientela escolar;
- participar na elaboração dos programas de ensino;
- prever sistemática informacional com vistas à determinação de programas de orientação vocacional;
- elaborar programa de orientação vocacional;
- programar atividades de complementação educativa;
- programar atividades de integração escola-comunidade;
- programar estudos de profissiografias;
- programar atividades que possibilitem ajudar o aluno a escolher a sua habilitação;
- elaborar programas que levem o aluno a refletir sobre a opção feita;
- levantar informações sobre política e diretrizes de ação definidas por Confederações Nacionais de Empregadores e entidades de representação de categorias profissionais;
- levantar informações sobre o comportamento do mercado de trabalho regional e local;
- prever sistemática informacional com empresas, que permita permanente atualização sobre novas linhas e/ou novos processos de produção;
- prever meios de participação da família na orientação profissional do aluno;
- elaborar a programação de informação profissional;
- programar atividades que possibilitem o aluno a tomar contato com o mundo do trabalho;
- programar prestação de serviços dos alunos à comunidade;
- programar microestágios para alunos;

- programar realizações de encontros de professores, profissionais e alunos para debaterem problemas levantados sobre o exercício profissional;
- cadastrar empresas que admitem estagiários;
- levantar vagas nas empresas para estagiários;
- elaborar programas de preparação de alunos para o estágio profissional;
- participar da elaboração dos programas de estágios;
- participar da elaboração de programa de preparação de supervisores de estágios;
- participar da elaboração dos programas de acompanhamento de estagiários;
- participar da elaboração de instrumentos e programação de atividades que objetivem o intercâmbio de informações escola-empresa com vistas à realimentação de ambas;
- prever contato com empresas interessadas em contratar os técnicos formados pela escola;
- programar realização de encontros de professores, alunos, supervisores de estagiários e representantes de empresas para debaterem problemas levantados durante os estágios;
- estabelecer sistemática de acompanhamento e/ou controle pós-escolar.

Coordenação

- desenvolver procedimentos, aplicação de instrumentos e processamento de informações relativas à caracterização da comunidade e da clientela escolar;
- organizar arquivos de dados pessoais de alunos, necessários à Orientação Educacional;
- aplicar técnicas pedagógicas e manipular informações que possibilitem a formação de classes e grupos de estudos;
- promover intercâmbio de informações com a escola de 1º grau, com objetivo de prosseguimento da orientação educacional no 2º grau;
- desenvolver a orientação vocacional por meio de programas de ensino ministrados pelos professores e de atividades específicas da orientação educacional;
- promover atividades de complementação educativa por intermédio de visitas, festas cívicas, recreativas e desportivas, programas preventivos de saúde, higiene e segurança, atividades culturais e artísticas;

- promover a realização dos estudos de profissiografias, adaptando-as à realidade do mercado de trabalho local;
- desenvolver atividades com a participação dos professores e da família, com vistas a ajudar o aluno na escolha da habilitação profissional que deseja cursar;
- promover palestras e/ou conferências e outras atividades que possibilitem refletir sobre a opção feita;
- participar na implantação da sistemática de captação, tratamento, armazenamento, realimentação e divulgação de informações da comunidade e de empresas;
- participar na realização de visitas a feiras de amostras, visitas a empresas e manter assinaturas de publicações técnicas (visando à permanente atualização sobre novas linhas e/ou novos processos de produção).
- possibilitar aos professores o desenvolvimento de atividades de orientação educativa e profissional nos seus programas de ensino;
- desenvolver atividades específicas de orientação profissional;
- promover atividades específicas de orientação profissional, realizar encontros, seminários, etc, com pessoas de empresas, que permitam ao aluno tomar conhecimento da realidade do mundo de trabalho;
- participar de experiências e/ou pesquisas que os professores desenvolvem com alunos;
- manter cadastro atualizado de empresas que admitem estagiários;
- informar a alunos sobre o número de estágios conseguidos, local, condições e época de realização;
- implementar a preparação dos alunos para o estágio, bem como a preparação dos supervisores de estágios;
- promover atividades que objetivem facilitar o ajustamento do aluno no meio profissional;
- participar na elaboração ou adequação do currículo da escola;
- organizar encontros de professores, supervisores de estágios, representantes de empresas e alunos para debaterem problemas levantados durante os estágios;
- encaminhar os técnicos preparados pela escola às empresas interessadas em contratá-los;
- colher as informações de ex-alunos para realimentação do processo educativo da escola.

Avaliação

- analisar a caracterização da clientela escolar da empresa, da comunidade;
- constatar o nível de integração dos alunos nas classes e nos grupos de estudos;
- analisar os conceitos dos alunos;
- analisar as informações coletadas na comunidade;
- interpretar os resultados da Orientação Vocacional dos programas educativos e os da integração escola-comunidade;
- analisar a adaptação de profissiografias, frente às exigências do mercado de trabalho local;
- analisar os resultados do programa de ajuda ao aluno na escolha de sua habilitação profissional;
- analisar os fatores que determinam as necessidades dos estudos de recuperação;
- analisar o resultado do sistema de captação, tratamento, armazenamento, realimentação e divulgação da escola;
- definir os instrumentos de medidas de aprendizagem com vistas à realização de estudos comparativos que facilitem a elaboração de novos instrumentos;
- controlar os registros dos serviços de escolaridade;
- participar na análise e seleção das informações recebidas da comunidade;
- participar na seleção de matéria a ser divulgada pela escola;
- adequar as atividades educativas promovidas pela escola aos objetivos predeterminados;
- definir as atividades que objetivem a orientação profissional;
- definir os microestágios de férias;
- participar na análise das condições de estágios oferecidos pelas empresas;
- participar na seleção de alunos que serão encaminhados para o estágio profissional;
- estabelecer critérios para a supervisão de estágios e para controle dos estágios profissionais;
- analisar as causas das dificuldades encontradas pelos alunos no decorrer do estágio;
- participar da seleção de subsídios coletados junto a ex-alunos e que serão utilizados pela escola.

Assessoria

- informar sobre as características da comunidade e da clientela escolar;
- informar sobre os critérios utilizados para a composição de classes e grupos de estudos;
- colaborar na determinação dos programas de ensino;
- informar sobre as expectativas da comunidade, relacionadas com as atividades da escola;
- informar quanto às técnicas e procedimentos utilizados para desenvolver a orientação vocacional;
- informar sobre os objetivos pretendidos com as programações de atividades educativas;
- colaborar na realização de atividades de integração escola-comunidade;
- auxiliar a Supervisão Pedagógica, fornecendo-lhe subsídios dos estudos de profissiografias;
- divulgar os fatores que influenciam os alunos na escolha de sua habilitação profissional;
- dar parecer sobre processos utilizados na avaliação e recuperação de alunos;
- informar sobre as influências que a escola exerce na comunidade e esta na escola;
- informar sobre a atuação da escola quanto às novas exigências da comunidade e do mercado de trabalho;
- favorecer a utilização de novos métodos, processos e técnicas na escola;
- informar sobre as atividades desenvolvidas na comunidade e com pais de alunos;
- informar sobre o intercâmbio de atividades mantidas com empresas e profissionais;
- informar os resultados de encontros, seminários, etc, realizados pela escola ou por outras entidades com a participação da escola;
- colaborar com os professores na identificação de causas determinantes do baixo rendimento escolar de alunos;
- informar sobre empresas cadastradas;
- divulgar a programação de estágios que serão realizados;
- informar sobre as principais dificuldades de ajustamento psicossocial que os alunos sentem durante o estágio profissional;
- auxiliar no processo de adequação curricular;
- propor novos procedimentos para a melhoria do estágio profissional;

- divulgar as possibilidades das empresas em contratar os técnicos formados pela escola;
- colaborar na seleção dos técnicos que serão encaminhados às empresas interessadas;
- informar sobre subsídios coletados junto a ex-alunos da escola.

ANEXO III

Glossário

1. PLANEJAMENTO

É o processo que, partindo da reflexão teórica do conhecimento de uma realidade existente, define os propósitos de um empreendimento modificador dessa realidade, os meios para alcançá-los, para acompanhar e/ou executar as decisões tomadas e para avaliar os resultados obtidos.

Nessa categoria, deverão ser incluídas aquelas atividades necessárias à elaboração dos planos de trabalho das equipes (Central-Regional-Unidade Escolar) incluindo estudo, definições de diretrizes, organização de material, etc.

2. COORDENAÇÃO

É a ação de harmonizar os atos e buscar a consecução de objetivos comuns dentro de um nível de atuação. Envolve a função de acompanhamento que consiste na verificação constante, direta e/ou indireta, do desenvolvimento e execução de uma tarefa, dentro de um prazo preestabelecido.

3. ASSESSORIA

É ação de prestar cooperação técnica especializada, a elemento hierarquicamente superior ou do mesmo nível, dentro de uma organização.

Nessa categoria deverão ser incluídas as atividades desenvolvidas pela Equipe Central junto a outras Equipes da SEC, a Chefia, a Direção, ao Secretário da Educação e/ou perito, a outras Secretarias de Estado ou outras Instituições com o objetivo de fornecer subsídios para o trabalho dos mesmos.

4. AVALIAÇÃO

Em planejamento, é o processo de delinear, obter e prover informações para a tomada de decisões; envolve a função de controle que consiste em manter dentro de limites permissíveis, as variações na execução da atividade educacional, de acordo com os objetivos estabelecidos, requisitos para o Sistema Estadual de Ensino, em consonância com os objetivos da educação nacional (requisitos). Numa abordagem sistêmica, o controle funciona como avaliação em processo.

Avaliação Diagnóstica

É o processo pelo qual se determina a presença ou a ausência de habilidades e/ou pré-requisitos para aprender algo novo e que identificam, discriminam, compreendem, caracterizam as causas determinantes das repetidas dificuldades na aprendizagem.

5. IMPLEMENTAÇÃO

É o conjunto de operações de alocação e organização de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à execução de um Programa ou Plano de Trabalho. A implementação deve ocorrer após a elaboração de um Plano e preceder sua execução. Entretanto, no decorrer do processo de execução, poderão ser detectadas novas necessidades ou ocorrer situações não previstas que exijam providências de implementação. Por ex.: Para que o Programa de Treinamento Docente possa ser executado, poderá haver necessidade de selecionar, escrever e multiplicar material escrito; convidar especialistas; adquirir livros; organizar ambientes para estudo ou para demonstrações, etc.

**IV - AÇÃO INTEGRADA DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO PROCESSO
DE PLANEJAMENTO CURRICULAR**

FASES ATIV	REFLEXÕES SOBRE FUNDAMENTOS DO CURRÍCULO	DECISÕES DO PLANEJAMENTO CURRICULAR	EXECUÇÃO DO CURRÍCULO	AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO
<p>A. TEÓRICOS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Presupostos Filosóficos <ul style="list-style-type: none"> - discutir com a equipe técnico-pedagógica, administrativa e docente as tendências filosóficas contemporâneas; - discutir fins do ensino brasileiro; filosofia que deverá alinhar a ação educacional da escola quanto a valores, ideal de homem e visão de mundo; 2. Presupostos científicos <ul style="list-style-type: none"> - analisar as principais correntes teóricas, pertinentes às características didático-pedagógicas, teorias de aprendizagem; - coordenar a seleção de uma ou mais teorias do desenvolvimento e da aprendizagem; - definir princípios que orientarão a ação educacional, guardando coerência com as diretrizes filosóficas; 3. Seleção das disciplinas <ul style="list-style-type: none"> - avaliar documentos (leis ou orientações específicas) sobre as disciplinas a serem selecionadas; características da sociedade brasileira e as peculiaridades regionais; - informar-se e discutir sobre as características sociais da comunidade utilizando publicações, entrevistas, reuniões de pesquisa, etc. - participar com a equipe técnico-pedagógica administrativa e docente, na identificação e seleção de aspectos sociais significativos que intervejam no sistema educacional, e na previsão de ação educacional da Escola, no planejamento ou na tentativa de implementação de aspectos sociais da comunidade; 	<p>Com base nos fundamentos teóricos e factuais definidos no item anterior.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar a elaboração do plano Curricular, definindo as áreas prioritárias de ação, a partir do diagnóstico. <ul style="list-style-type: none"> - definir as habilidades a serem oferecidas: montar o Currículo Pleno. Objetivos <ul style="list-style-type: none"> - da escola - da Formação Geral e da Formação Especial - das habilidades - das séries - das disciplinas Conteúdo <ul style="list-style-type: none"> - diretrizes básicas para seleção e ordenação de conteúdos; de formação geral; - das disciplinas de formação especial; - das disciplinas de Orientação Educacional; - das atividades de Integração Escola-Empresa-Comunidade; Metodologia <ul style="list-style-type: none"> - definir a forma de organização das experiências curriculares, por unidades pedagógicas, por projetos interdisciplinares, por experiências simuladas, etc. - critérios para seleção de técnicas e recursos de ensino; - critérios para definição de O. Educacional. Avaliação <ul style="list-style-type: none"> - sistematiza de avaliação, promoção e recuperação de alunos; - sistemas de avaliação da produtividade da Unidade Escolar (em colaboração com o Administrador Escolar e com outros setores e departamentos da Escola); 2. Coordenar e orientar a elaboração dos Planos de Ensino Anuais, semestrais, trimestrais, com a participação dos Coordenadores de áreas e/ou disciplinas. Dizer planos deverão conter, no mínimo, os seguintes: Objetivos, Conteúdo Programático, Metodologia e Sistema de Avaliação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar Consultas Pedagógicas para: <ul style="list-style-type: none"> - acompanhar o andamento das atividades escolares; - introduzir modificações nos planos; - analisar resultados da aprendizagem; - discutir a validade das técnicas adotadas e a viabilidade de novos processos de ensino; - informar sobre perfil psicossocial de alunos e classes; - sugerir realização de atividades educacionais; - solicitar relatos sobre observações quanto a interesses, atitudes e habilidades de alunos; - identificar alunos com problemas, bem como a natureza desses problemas a partir de informações fornecidas pelos professores para a solução de problemas de ajustamento de alunos; - orientar professores sobre o desenvolvimento de atividades de Integração-Escola-Empresa-Comunidade; 2. Desenvolver Programas de Treinamento em Serviço da Passagem Docente para: <ul style="list-style-type: none"> - aperfeiçoar estudos sobre Filosofia e Ciências da Educação (tais como: Psicologia, Sociologia e outras); - orientar a operacionalização de objetivos; - introduzir novas metodologias e recursos de ensino; - aperfeiçoar a sistematiza de planejamento; - aperfeiçoar a sistematiza de avaliação; - introduzir modificações na relação professor-aluno; - acompanhar novas tendências no planejamento Curricular; - acompanhar os trabalhos de orientação educacional nos municípios do art. 7º de lei 5692/71; - introduzir mudanças sobre integração Escola-Empresa-Comunidade nas atividades; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar a sistematiza de avaliação, definida na fase de decisões. 2. Curricularizar critérios ou avaliação de eficiência do plano curricular mediante a elaboração e aplicação do instrumento de avaliação. 3. Manter sistematiza de avaliação formativa e somativa. 4. Aplicar instruções de avaliação adequadas à clientela. 5. Coletar, analisar e interpretar evidências sobre as operações do plano curricular, suas atitudes e sentidos e suas participantes. 	

FASES ATIV	REFLEXÕES SOBRE FUNDAMENTOS DO CURRÍCULO	DECISÕES DO PLANEJAMENTO CURRICULAR	EXECUÇÃO DO CURRÍCULO	AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO
<p>Econômicas</p> <ul style="list-style-type: none"> - discutir documentos em que se caracteriza a economia nacional e as diferenças regionais quanto aos setores primário, secundário e terciário e discutir sobre as características econômicas da comunidade a qualificar sua influência no sistema educacional; <p>B FACTUAIS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Legislação <ul style="list-style-type: none"> - conhecer a análise da legislação nacional e estadual referente à educação em geral e ao ensino de 2º grau em particular; - participar na elaboração e compatibilização do regimento interno da Escola com a legislação vigente; 2. Dados <ul style="list-style-type: none"> - observações, juntamente com os coordenadores de áreas e/ou membros, a elaboração de instrumentos e a seleção de aspectos para: <ul style="list-style-type: none"> o caracterização da clientela escolar; o caracterização dos Pais dos alunos; o caracterização do Corpo Docente; o caracterização da Escola; o coordenação da coleta de dados; o diagnóstico da situação Escolar. <p>Elaborar uma proposta da situação, com base nos dados levantados e considerando as direções previstas a serem implementadas ao processo educacional, por meio em primeiro lugar da comunidade, para a realização de reuniões de trabalho e de discussões presenciais na comunidade, para a orientação e estabelecer humanos de adultos e estabelecer os envolvidos no processo ensino-</p>	<p>As decisões a respeito dos planos de ensino deverão ser tomadas inicialmente em grupos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões por área, previamente planejadas com Coordenadores de área para a discussão e definição de Objetivos Específicos de ensino e definição de problemas a serem trabalhados, que utilizarão a abordagem dos conteúdos; - determinação da Estratégia Geral (Projetos, Unidades, Estudos de Caso, etc.); - definição das linhas gerais da Avaliação e definição das atividades da Orientação Educacional; <p>Reunião por disciplinas afins, obtendo e discutir e definir os meios que serão utilizados para efetuar a correlação entre as disciplinas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - inserir nos programas de ensino atividades de Orientação Educacional; <p>Reuniões por disciplina de mesma série com a participação do respectivo coordenador para:</p> <ul style="list-style-type: none"> o ajuste dos conteúdos específicos de disciplina e da Orientação Educacional; o definição dos conteúdos programáticos e adaptação das técnicas e atividades da disciplina e das atividades; o definição das características de avaliação dos conteúdos e da Orientação Educacional; <p>Reuniões por classe, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> o elaboração final do Plano de Ensino com: <ul style="list-style-type: none"> o Objetivos Instrucionais, o Conteúdos Programáticos, o Métodos e Técnicas de Ensino, o Recursos Didáticos, o Instrumentos e Técnicas de Avaliação <p>OBSERVAÇÃO</p> <p>A elaboração dos Planos de Ensino deverá iniciar-se após a aprovação do Plano Curricular, uma vez que aqueles constituem instrumentos</p>	<p>nas de formação geral e especial; aperfeiçoar técnicas de observação e registro de comportamento dos alunos.</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Coordenar Reuniões de grupos de professores das disciplinas afins para: <ul style="list-style-type: none"> - verificar e melhorar a coordenação entre os conteúdos curriculares; - avaliar técnicas de ensino e natureza das áreas; - discutir e encaminhar problemas comuns, que envolvam o interesse comum; - estudar assuntos de interesse comum; - analisar e encaminhar dificuldades específicas apresentadas pelos alunos nas disciplinas; - propor desenvolvimento de vivência e/ou pesquisa por solicitação de empresa que atenda interesse da Escola; 4. Reunir professores de mesma disciplina, das diferentes séries, juntamente com o coordenador da mesma para: <ul style="list-style-type: none"> - analisar a coordenação vertical do currículo; - discutir as possíveis deficiências existentes no encadernamento de conteúdos e analisar dificuldades de aprendizagem dos alunos de séries distintas e encontrar estratégias adequadas para superá-las; - analisar o encadernamento das atividades de Orientação Educacional no processo educativo; - analisar o desenvolvimento da programação global da Orientação Educacional e da Integração Escola-Empresa-Comunidade; - discutir medidas a serem tomadas visando solucionar problemas específicos de aprendizagem da disciplina; 5. Analisar atividades docentes e discentes para: <ul style="list-style-type: none"> - acompanhar o desenvolvimento do plano curricular; - verificar e adequação do Plano de Ensino a condições concretas de cada classe; 		

FASES ATIV	REFLEXÕES SOBRE FUNDAMENTOS DO CURRÍCULO	DECISÕES DO PLANEJAMENTO CURRICULAR	EXECUÇÃO DO CURRÍCULO	AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO
	<p>aprendizagem, orientado por princípios básicos de aprendizagem e determinado pela filosofia educacional adotada.</p>	<p>para consecução das metas e dos objetivos curriculares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - coletar subsídios para orientação individual dos docentes; - verificar o funcionamento de grupos de estudos ou de trabalho; - verificar o trabalho professor-aluno; - coletar subsídios quanto a dificuldades de docentes no que se refere à orientação educativa; - propor atividades para as atividades de ação direta com o aluno. 	

**V - AÇÃO DOS ESPECIALISTAS NO SISTEMA
INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA.**

V - AÇÃO DOS ESPECIALISTAS NO SISTEMA INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA

A. INDICAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NAS ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA.

O Sistema Escolar, sendo um sistema aberto, está inserido num ambiente social com o qual deve manter uma estreita relação a fim de receber energias e informações necessárias à iniciação, manutenção e renovação de seu ciclo de atividades. Para que tal interação se processe de maneira vantajosa para o sistema escolar, é necessário que este crie mecanismos de obtenção e fornecimento de informações relevantes sobre o meio e sobre a utilização dessas informações pela Escola.

com a finalidade acima, as escolas devem montar sistemas que viabilizem sua integração com a comunidade.

1. Utilização do Sistema Mestre Informacional

como parte desse sistema, o Projeto de Integração Escola-Empresa, especialmente planejado para nossas Escolas de 2º Grau, prevê como um dos mecanismos de obtenção e fornecimento de informações o Sistema Mestre Informacional.

A utilização desse mecanismo pela Supervisão Pedagógica deve possibilitar a avaliação contínua do desempenho da escola-quanto à sua eficiência interna e quanto à sua adequação ao ambiente.

Esta avaliação poderá trazer como conseqüência a necessidade de reajustes no Plano Curricular da Escola. Poderão ser questionados:

1.1. Seus Elementos de Entrada:

Quanto aos Fundamentos Teóricos e Factuais, o Supervisor deverá verificar se:

- em fase às novas informações coletadas no mundo da empresa, devem ser modificadas a filosofia educacional e/ou a opção quanto à corrente psicológica adotada;
- seus fundamentos sócio-econômicos levaram em consideração a dinâmica da ação profissional. Em caso negativo, devem ser feitas as adequações convenientes;
- no diagnóstico da clientela, os pré-requisitos de escolaridade apresentados pelos alunos eram adequados às habilitações oferecidas. Em caso negativo, se as atividades docentes previstas permitiram a superação dessas falhas. Se necessário, planejar novas atividades;
- os professores das disciplinas de formação especial tinham o preparo e a experiência exigidos para orientar os alunos nas atividades específicas das habilitações. Em caso negativo, se as medidas adotadas pela escola foram suficientes para modificar a situação. Se necessário, tomar novas providências para aperfeiçoamento;
- os Coordenadores de áreas e/ou disciplinas apresentavam os pré-requisitos de competência e iniciativa necessários à orientação dos professores em seu campo específico. Se necessário, adotar novas medidas para aprimorar a atuação dos Coordenadores;
- as instalações e equipamentos da escola tinham condições de possibilitar as experiências necessárias às habilitações profissionais dos estudantes. Em caso negativo, as instituições com que se estabeleceram convênios oferecem condições pedagógicas satisfatórias para desenvolver a parte específica. Se é que modificações devem ser introduzidas.

1.2. Quanto às Decisões do Plano Curricular, verificar se:

- os objetivos selecionados são valiosos e relevantes para a formação profissional requerida. São adequados às exigências do mercado de trabalho e às expectativas do sistema de produção, e em que direção devem ser reformuladas; "
- os critérios para seleção de conteúdo foram adotados, considerando tanto os assuntos de interesse permanente, como os

emergentes que vêm enriquecendo a formação profissional do técnico de nível médio e quais as modificações necessárias:

- se foram previstas jornadas de atualização dos docentes em seu campo específico para maximizar sua competência na formação profissional dos estudantes;
 - e em que aspectos deve haver revisão;
- as decisões quanto à metodologia de ensino foram adequadas às necessidades de formação geral e especial dos alunos. Então:
- se os projetos de livre escolha propostos ofereceram oportunidades de verificar as preferências profissionais dos estudantes. Caso contrário, que modificações devem ser feitas;
 - se as previsões do Plano de Supervisão para atualização metodológica dos professores levaram ou devem levar em conta as experiências que se realizam nos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços e agro-pecuários;
 - se foi prevista a colaboração dos Coordenadores de Áreas e/ou Disciplinas com o Supervisor no treinamento em serviço do corpo docente. Medidas para melhoria do trabalho conjunto;
- a avaliação foi definida e utilizada como um sistema permanente de realimentação do Currículo. Verificar se:
- as informações do Sistema de Integração Escola-Empresa foram utilizadas para avaliação do Currículo;
 - houve evidências de elevação dos índices de aproveitamento discente decorrentes de atividades de Integração Escola-Empresa;
 - a avaliação do aproveitamento dos Estágios dos alunos nas Empresas apresentou resultados. Meios para maximização.
- além dos professores, coordenadores, pessoal técnico e administrativo foi prevista a participação de representantes de empresas e de outras instituições da comunidade no processo de planejamento e avaliação curricular da escola?

- se esta participação reverteu em benefícios para a aprendizagem, deve a mesma ser aperfeiçoada?

1.3. Seu processo de transformação

O Currículo da Escola se desenvolve por meio das operações do processo ensino-aprendizagem decorrentes da dinamização dos Planos de Ensino.

Os dados coletados pelo Sistema Mestre Informacional devem ser utilizados para checar sua eficácia no atendimento às demandas do mundo empresarial.

A sistemática proposta anteriormente para avaliação das decisões do Plano Curricular pode ser utilizada para avaliar a implementação dos Planos de Ensino.

O resultado obtido pode apontar necessidades de reestruturação do sistema ensino-aprendizagem. Esta reestruturação visará corrigir possíveis falhas na formação geral dos estudantes e/ou imprimir novas direções ao desenvolvimento das disciplinas de Formação Especial, a fim de possibilitar a formação de um profissional que melhor atenda às demandas de uma sociedade em mudança.

Para superar as falhas detectadas, o Supervisor em colaboração com os Coordenadores, deve reformular seu plano de orientação aos professores, dinamizando o treinamento em serviço e reorientando os planos de ensino de acordo com direções consideradas desejáveis pela escola.

2. Utilização do Sistema Mestre de Intercâmbio Técnico

Outro mecanismo do Projeto de Integração Escola-Empresa localiza-se no Sistema Mestre de Intercâmbio Técnico, mediante o qual devem ser estabelecidas permutas de conhecimentos tecnológicos entre a empresa escolar e as empresas dos setores primário, secundário e terciário da comunidade.

Esse sistema de trocas pode ser altamente positivo para a escola e para a empresa.

2.1. uma das formas de utilização do mesmo vem se fazendo, mediante a prestação de serviços nos dois sentidos: algumas escolas têm pesquisas de laboratório sobre processos de obtenção de determinados produtos por solicitação das empresas; por ex.: testando novas técnicas no cultivo de leguminosos e cereais ou na criação de aves e de outros animais, a pedido de empresas do setor primário. Por seu lado, profissionais das empresas têm-se disposto a fazer demonstrações, nas escolas, de novos procedimentos industriais, bem como a ministrar cursos rápidos sobre novas tecnologias descobertas no setor empresarial.

As possibilidades dessa permuta são imensas e podem ser muito estimulantes para a renovação curricular mas, evidentemente, devem ser criteriosamente selecionadas de acordo com os objetivos educacionais, bem como planejadas, acompanhadas e avaliadas pelo Supervisor com os professores.

2.2. Outra possibilidade a ser explorada reside na utilização das empresas para atualização do pessoal docente e técnico.

Sabe-se que, devido ao alto custo dos equipamentos e ao acentuado desgaste que os mesmos sofrem com a manipulação pelo aluno-aprendiz, mesmo as escolas melhor aquinhoadas não têm condições financeiras de adquirir os mais modernos equipamentos.

Considerando as necessidades de permanente aperfeiçoamento docente, as escolas poderiam beneficiar-se com um sistema de estágios dos professores nas melhores empresas da comunidade, naqueles setores que possibilitassem um enriquecimento na abordagem das disciplinas do currículo.

Entretanto, essa atualização dos docentes não deve ser feita aleatoriamente, mas deve fazer parte de um Programa de Treinamento "out service" previamente planejado. Este, paralelamente ao Programa de Treinamento "in service" coordenado pelo Supervisor, deverá reverter, em última análise, em um aperfeiçoamento do sistema ensino-aprendizagem.

O próprio Supervisor e também o Administrador Escolar poderiam realizar estágios de observação e, se possível, participar nos Setores Gerenciais ou nas Divisões de Treinamento de Pessoal das Empresas, onde poderiam descobrir novos sistemas de comunica-

ção, formas mais eficientes de planejamento, novas técnicas de treinamento e, inclusive, novos procedimentos de organização de pessoal e de material.

Entretanto, é preciso não perder de vista que, se os objetivos das empresas são necessariamente diferentes dos das escolas, a transferência do conhecimento adquirido não pode ser feita mecanicamente. Há necessidade de espírito crítico, discernimento e sensibilidade pedagógica para selecionar as experiências e realizar as devidas adaptações à situação educacional. Tomando-se a necessária precaução, tais estágios poderão funcionar como dinamizadores do Sistema Escolar.

Pergunta-se então: O que as escolas poderiam oferecer em troca às empresas? Estarão as escolas devidamente aparelhadas quanto a recursos materiais e preparadas quanto a recursos humanos gabaritados para oferecer estágios ao pessoal das empresas, sem truncar a formação dos jovens estudantes e sem distorcer seus objetivos? Ou deveriam os objetivos abranger novas dimensões, de forma a possibilitar um verdadeiro intercâmbio técnico escola-empresa? Contudo, nunca é demais insistir: o Supervisor Escolar deve estar permanentemente alerta, não para bloquear essa integração que pode ser extremamente frutífera, mas para não seguir caminhos prejudiciais ao trabalho educacional. É necessário considerar, acima de tudo, que existem valores que devem nortear a educação do adolescente e que nunca devem ser postergados em benefício de exigências episódicas das empresas. O sistema escolar tem seus próprios valores educacionais que devem funcionar como parâmetros para a ação do Supervisor em sua participação nas atividades de Integração Escola-Empresa.

B. INDICAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NAS ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA

A Escola é um Sistema aberto, inserido no ambiente social. Para que receba energias e informações necessárias à iniciação, manutenção e renovação de seu ciclo de atividades, deve manter com o ambiente estreita relação.

Para que o sistema escolar se beneficie da interação com o meio ambiente, torna-se necessária a criação de mecanismos de obtenção e

fornecimento de informações relevantes sobre esse meio-ambiente e sobre a utilização dessas informações pela Escola.

1. Utilização do Sistema Informacional

O Projeto Integração Escola-Empresa-Governo para o Ensino de 2º grau, que visa à melhoria desse grau de ensino, define o Sistema Informacional como um mecanismo que absorve as ações de captação e divulgação de informações que impulsionam o próprio sistema de integração da escola com o meio-ambiente.

A Orientação Educacional utiliza esse sistema, visando a eficácia da ação educativa da escola, analisando e avaliando continuamente o grau de coerência entre as evidências do meio e a preparação do educando face a essas evidências.

Dentre os especialistas da escola, muito particularmente o Orientador Educacional utiliza e participa do Sistema Informacional pela própria natureza de seus objetivos, que são atingidos por meio do conhecimento das potencialidades do educando e do mundo exterior.

1.1. Na ação de refletir, deve o Orientador Educacional verificar quanto ao Planejamento Curricular da Escola se:

- face às informações colhidas na Empresa devem ser introduzidas modificações na filosofia educacional vigente e/ou quanto à corrente psicológica adotada,
- as evidências sócio-econômicas estão sendo levadas em conta na dinâmica da formação profissional;
- no diagnóstico da clientela, os pré-requisitos de escolaridade e biopsicológicos dos alunos são adequados às habilitações pelas quais optaram;
- os professores possuem preparo e experiência necessários para orientarem os alunos nas suas atividades específicas integradas no processo global educativo;
- as equipes técnicas da escola e demais setores estão devidamente integrados, atingindo racionalmente os objetivos;
- a escola como um todo está equipada de recursos materiais e humanos para levar a bom termo suas tarefas;
- a escola oferece habilitações, tendo em vista os parâmetros da legislação em vigor e as políticas governamentais;
- os objetivos visados pela escola estão coerentes com as evidências do meio ambiente.

1.2. Quanto as Decisões do Plano Curricular, verificar se:

- os objetivos selecionados que conduzem à formação integral do educando, são coerentes com o estágio social da comunidade;
 - os objetivos selecionados são valiosos e relevantes para a formação profissional requerida. São adequados às exigências do mercado de trabalho e às expectativas do sistema de produção;
 - os critérios para seleção de conteúdo são adotados, considerando, tanto assuntos de interesse permanente, como temas emergentes que vêm enriquecendo a formação profissional do técnico de nível médio, a formação integral do educando;
 - foram previstas atividades integradas com docentes em seu campo específico, com vista aos objetivos da orientação educacional, para a formação profissional do aluno;
 - as decisões quanto à Metodologia da Orientação Educacional são adequadas ao desenvolvimento de suas ações com vista à formação geral e especial dos alunos;
 - os projetos de livre escolha propostos ofereceram oportunidades de verificar as preferências profissionais dos estudantes;
 - as previsões do Plano de Orientação para acompanhamento de alunos e estágio levaram ou devem levar em conta as experiências que se realizam nos estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e agropecuários;
 - foi prevista a colaboração dos Coordenadores de Áreas e/ou Disciplinas com o Orientador, visando a ação integrada para atingir objetivos da Orientação Educacional na melhoria do trabalho conjunto.
- a Avaliação foi definida e utilizada como um sistema permanente de realimentação do Currículo:
- as informações do Sistema de Integração Escola-Empresa foram utilizadas para avaliação do currículo;
 - houve evidências de elevação dos índices de aproveitamento discente decorrentes de atividades de integração escola-empresa;
 - a avaliação nos estágios dos alunos nas empresas apresentou aproveitamento satisfatório;
 - os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos estágios, de parte da Orientação Educacional estão atendendo satisfatoriamente os seus fins;

- além dos Professores, Coordenadores, Pessoal Técnico e Administrativo, é prevista a participação de representantes de Empresas e de outras instituições da comunidade no processo de planejamento e avaliação curricular da Escola.

2. Utilização do Sistema Mestre de Intercâmbio Técnico

Objetiva propiciar condições para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de "know-how" e "know-why" da escola e da empresa, enquanto entidades de formação e de absorção de recursos humanos com capacitação para o trabalho.

As atividades deste Sistema Mestre devem figurar nas fases do planejamento curricular, reflexão e decisão, para garantir o aperfeiçoamento contínuo da escola, bem como um nível de formação de seus alunos, mais próximo daquele exigido pela empresa ou vice-versa; propiciar à pequena empresa condições de desenvolvimento, seguindo as novas conquistas tecnológicas e as atuais necessidades da comunidade, face aos programas desenvolvimentistas existentes. E ainda, propiciar à média e grande empresa condições de entender que a empresa é continuação da escola, exigindo portanto, cuidados psicopedagógicos que se observados, quer para o treinamento ou aperfeiçoamento, quer para o relacionamento dirigente-dirigido, resultarão com certeza, em maior e melhor produtividade da empresa.

Desse modo, na fase de reflexão do planejamento curricular, deverá ser prevista:

- a caracterização das empresas locais e se possível, regionais;
- as posições do nível científico e tecnológico das empresas em operação nos setores da economia local e/ou regional;
- a posição também da escola nesse contexto;
- o conhecimento dos programas políticos, situando qual deve ser a participação da escola no processo desenvolvimentista local;
- a identificação de qual intercomplementaridade escola-empresa-escola, pode ser realizada na comunidade;
- o tipo de apoio psicopedagógico que a escola poderá colocar em disponibilidade das empresas locais;
- a identificação nas empresas de que tipo de apoio tecnológico e psico-administrativo ela pode levar à escola.

A fase de decisão de planejamento curricular deverá conter:

- plano de caracterização das empresas locais e/ou regionais;
- programa de orientação profissional com vistas a situar as habilitações oferecidas pela escola no contexto científico e tecnológico local, regional, nacional e se possível, mundial;
- programa de visitas, entrevistas, excursões, microestágios, palestras, conferências, seminários, promoção de feiras. A programação de todas essas atividades deverá objetivar aos alunos o conhecimento melhor de sua comunidade, bem como a obtenção de subsídios para a orientação profissional e educativa;
- programa de prestação de serviço à empresa em orientação educacional, social, higiene e segurança;
- participação nas programações de análise ocupacional nas empresas locais com vista à melhor identificação das características biopsicológicas para as habilitações oferecidas na escola;
- programa de adaptação e/ou elaboração de

de

profissões existentes na comunidade.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)